



## Sistema de Cadastramento Unificado de Fornecedores - SICAF

### Declaração

Declaramos para os fins exigidos na legislação, conforme documentação registrada no SICAF, que a situação do fornecedor no momento é a seguinte:

#### Dados do Fornecedor

CNPJ: 21.238.738/0001-61 DUNS®: 911099252  
Razão Social: FUNDAÇÃO DE APOIO UNIVERSITARIO  
Nome Fantasia: FAU  
Situação do Fornecedor: **Credenciado** Data de Vencimento do Cadastro: 18/06/2025  
Natureza Jurídica: FUNDAÇÃO PRIVADA  
MEI: Não  
Porte da Empresa: Demais

#### Ocorrências e Impedimentos

Ocorrência: Nada Consta  
Impedimento de Licitar: Nada Consta  
Ocorrências Impeditivas indiretas: Nada Consta  
Vínculo com "Serviço Público": Nada Consta

#### Níveis cadastrados:

Automática: a certidão foi obtida através de integração direta com o sistema emissor. Manual: a certidão foi inserida manualmente pelo fornecedor.

##### I - Credenciamento

##### II - Habilitação Jurídica

##### III - Regularidade Fiscal e Trabalhista Federal

Receita Federal e PGFN	Validade:	01/04/2025	Automática
FGTS	Validade:	01/12/2024	Automática
Trabalhista ( <a href="http://www.tst.jus.br/certidao">http://www.tst.jus.br/certidao</a> )	Validade:	10/05/2025	Automática

##### IV - Regularidade Fiscal Estadual/Distrital e Municipal

Receita Estadual/Distrital	Validade:	24/12/2024
Receita Municipal	Validade:	27/11/2024

##### VI - Qualificação Econômico-Financeira

Validade: 31/05/2025



## Sistema de Cadastramento Unificado de Fornecedores - SICAF

### Relatório Nível III - Regularidade Fiscal e Trabalhista Federal

#### Dados do Fornecedor

CNPJ: 21.238.738/0001-61 DUNS®: 911099252  
Razão Social: FUNDAÇÃO DE APOIO UNIVERSITÁRIO  
Nome Fantasia: FAU  
Situação do Fornecedor: Credenciado Data de Vencimento do Cadastro: 18/06/2025

#### Dados do Nível

Situação do Nível: Cadastrado

#### Comprovante de Regularidade da Receita Federal e PGFN

Tipo de Comprovante: Certidão Data de Validade: 01/04/2025  
Código de Controle: 7A6BE8741C9B4BB4

#### Comprovante de Regularidade do FGTS

Tipo de Comprovante: Certidão Data de Validade: 01/12/2024  
Código de Controle: 2024110201240237577580

#### Comprovante de Regularidade do TST

Tipo de Comprovante: Certidão Data de Validade: 10/05/2025  
Código de Controle: 780821902024



## TRIBUNAL DE CONTAS DA UNIÃO

### Consulta Consolidada de Pessoa Jurídica

Este relatório tem por objetivo apresentar os resultados consolidados de consultas eletrônicas realizadas diretamente nos bancos de dados dos respectivos cadastros. A responsabilidade pela veracidade do resultado da consulta é do Órgão gestor de cada cadastro consultado. A informação relativa à razão social da Pessoa Jurídica é extraída do Cadastro Nacional da Pessoa Jurídica, mantido pela Receita Federal do Brasil.

Consulta realizada em: 26/11/2024 09:52:34

#### Informações da Pessoa Jurídica:

Razão Social: **FUNDACAO DE APOIO UNIVERSITARIO**  
CNPJ: **21.238.738/0001-61**

#### Resultados da Consulta Eletrônica:

Órgão Gestor: **TCU**  
Cadastro: **Licitantes Inidôneos**  
Resultado da consulta: **Nada Consta**

Para acessar a certidão original no portal do órgão gestor, clique [AQUI](#).

Órgão Gestor: **CNJ**  
Cadastro: **CNIA - Cadastro Nacional de Condenações Cíveis por Ato de Improbidade Administrativa e Inelegibilidade**  
Resultado da consulta: **Nada Consta**

Para acessar a certidão original no portal do órgão gestor, clique [AQUI](#).

Órgão Gestor: **Portal da Transparência**  
Cadastro: **Cadastro Nacional de Empresas Inidôneas e Suspensas**  
Resultado da consulta: **Nada Consta**

Para acessar a certidão original no portal do órgão gestor, clique [AQUI](#).

Órgão Gestor: **Portal da Transparência**  
Cadastro: **CNEP - Cadastro Nacional de Empresas Punidas**  
Resultado da consulta: **Nada Consta**

Para acessar a certidão original no portal do órgão gestor, clique [AQUI](#).

Obs: A consulta consolidada de pessoa jurídica visa atender aos princípios de simplificação e racionalização de serviços públicos digitais. Fundamento legal: Lei nº 12.965, de 23 de abril de 2014, Lei nº 13.460, de 26 de junho de 2017, Lei nº 13.726, de 8 de outubro de 2018, Decreto nº 8.638 de 15, de janeiro de 2016.



PODER JUDICIÁRIO  
JUSTIÇA DO TRABALHO

## **CERTIDÃO NEGATIVA DE DÉBITOS TRABALHISTAS**

Nome: FUNDACAO DE APOIO UNIVERSITARIO (MATRIZ E FILIAIS)  
CNPJ: 21.238.738/0001-61  
Certidão n°: 81626667/2024  
Expedição: 26/11/2024, às 09:53:46  
Validade: 25/05/2025 - 180 (cento e oitenta) dias, contados da data de sua expedição.

Certifica-se que **FUNDACAO DE APOIO UNIVERSITARIO (MATRIZ E FILIAIS)**, inscrito(a) no CNPJ sob o n° **21.238.738/0001-61**, **NÃO CONSTA** como inadimplente no Banco Nacional de Devedores Trabalhistas. Certidão emitida com base nos arts. 642-A e 883-A da Consolidação das Leis do Trabalho, acrescentados pelas Leis ns.º 12.440/2011 e 13.467/2017, e no Ato 01/2022 da CGJT, de 21 de janeiro de 2022. Os dados constantes desta Certidão são de responsabilidade dos Tribunais do Trabalho.

No caso de pessoa jurídica, a Certidão atesta a empresa em relação a todos os seus estabelecimentos, agências ou filiais.

A aceitação desta certidão condiciona-se à verificação de sua autenticidade no portal do Tribunal Superior do Trabalho na Internet (<http://www.tst.jus.br>).

Certidão emitida gratuitamente.

### **INFORMAÇÃO IMPORTANTE**

Do Banco Nacional de Devedores Trabalhistas constam os dados necessários à identificação das pessoas naturais e jurídicas inadimplentes perante a Justiça do Trabalho quanto às obrigações estabelecidas em sentença condenatória transitada em julgado ou em acordos judiciais trabalhistas, inclusive no concernente aos recolhimentos previdenciários, a honorários, a custas, a emolumentos ou a recolhimentos determinados em lei; ou decorrentes de execução de acordos firmados perante o Ministério Público do Trabalho, Comissão de Conciliação Prévia ou demais títulos que, por disposição legal, contiver força executiva.



# REPÚBLICA FEDERATIVA DO BRASIL

## CADASTRO NACIONAL DA PESSOA JURÍDICA

NÚMERO DE INSCRIÇÃO <b>21.238.738/0001-61</b> MATRIZ	<b>COMPROVANTE DE INSCRIÇÃO E DE SITUAÇÃO CADASTRAL</b>	DATA DE ABERTURA <b>17/05/1983</b>
--	---	---------------------------------------

NOME EMPRESARIAL <b>FUNDAÇÃO DE APOIO UNIVERSITÁRIO</b>
--

TÍTULO DO ESTABELECIMENTO (NOME DE FANTASIA) <b>FAU</b>	PORTE <b>DEMAIS</b>
--	------------------------

CÓDIGO E DESCRIÇÃO DA ATIVIDADE ECONÔMICA PRINCIPAL <b>84.11-6-00 - Administração pública em geral</b>
---

CÓDIGO E DESCRIÇÃO DAS ATIVIDADES ECONÔMICAS SECUNDÁRIAS <b>71.20-1-00 - Testes e análises técnicas</b> <b>72.20-7-00 - Pesquisa e desenvolvimento experimental em ciências sociais e humanas</b> <b>73.19-0-99 - Outras atividades de publicidade não especificadas anteriormente</b> <b>85.50-3-02 - Atividades de apoio à educação, exceto caixas escolares</b> <b>85.99-6-04 - Treinamento em desenvolvimento profissional e gerencial</b> <b>88.00-6-00 - Serviços de assistência social sem alojamento</b> <b>90.01-9-01 - Produção teatral</b> <b>90.01-9-02 - Produção musical</b> <b>90.01-9-03 - Produção de espetáculos de dança</b> <b>90.01-9-99 - Artes cênicas, espetáculos e atividades complementares não especificadas anteriormente</b> <b>91.02-3-01 - Atividades de museus e de exploração de lugares e prédios históricos e atrações similares</b> <b>94.93-6-00 - Atividades de organizações associativas ligadas à cultura e à arte</b>
---

CÓDIGO E DESCRIÇÃO DA NATUREZA JURÍDICA <b>306-9 - Fundação Privada</b>
--

LOGRADOURO <b>R FRANCISCO VICENTE FERREIRA</b>	NÚMERO <b>126</b>	COMPLEMENTO <b>*****</b>
---	----------------------	-----------------------------

CEP <b>38.408-102</b>	BAIRRO/DISTRITO <b>SANTA MONICA</b>	MUNICÍPIO <b>UBERLANDIA</b>	UF <b>MG</b>
--------------------------	--	--------------------------------	-----------------

ENDEREÇO ELETRÔNICO <b>FAU@FAU.ORG.BR</b>	TELEFONE <b>(34) 3239-7200</b>
--	-----------------------------------

ENTE FEDERATIVO RESPONSÁVEL (EFR) <b>*****</b>
---

SITUAÇÃO CADASTRAL <b>ATIVA</b>	DATA DA SITUAÇÃO CADASTRAL <b>23/11/2002</b>
------------------------------------	---

MOTIVO DE SITUAÇÃO CADASTRAL
------------------------------

SITUAÇÃO ESPECIAL <b>*****</b>	DATA DA SITUAÇÃO ESPECIAL <b>*****</b>
-----------------------------------	---

Aprovado pela Instrução Normativa RFB nº 2.119, de 06 de dezembro de 2022.

Emitido no dia **26/11/2024** às **09:53:28** (data e hora de Brasília).

Página: 1/1



**MINISTÉRIO DA FAZENDA**  
**Secretaria da Receita Federal do Brasil**  
**Procuradoria-Geral da Fazenda Nacional**

**CERTIDÃO POSITIVA COM EFEITOS DE NEGATIVA DE DÉBITOS RELATIVOS AOS TRIBUTOS  
FEDERAIS E À DÍVIDA ATIVA DA UNIÃO**

**Nome: FUNDAÇÃO DE APOIO UNIVERSITÁRIO**  
**CNPJ: 21.238.738/0001-61**

Ressalvado o direito de a Fazenda Nacional cobrar e inscrever quaisquer débitos de responsabilidade do sujeito passivo acima identificado que vierem a ser apuradas, é certificado que:

1. constam débitos administrados pela Secretaria da Receita Federal do Brasil (RFB) com exigibilidade suspensa nos termos do art. 151 da Lei nº 5.172, de 25 de outubro de 1966 - Código Tributário Nacional (CTN), ou objeto de decisão judicial que determina sua desconsideração para fins de certificação da regularidade fiscal, ou ainda não vencidos; e
2. não constam inscrições em Dívida Ativa da União (DAU) na Procuradoria-Geral da Fazenda Nacional (PGFN).

Conforme disposto nos arts. 205 e 206 do CTN, este documento tem os mesmos efeitos da certidão negativa.

Esta certidão é válida para o estabelecimento matriz e suas filiais e, no caso de ente federativo, para todos os órgãos e fundos públicos da administração direta a ele vinculados. Refere-se à situação do sujeito passivo no âmbito da RFB e da PGFN e abrange inclusive as contribuições sociais previstas nas alíneas 'a' a 'd' do parágrafo único do art. 11 da Lei nº 8.212, de 24 de julho de 1991.

A aceitação desta certidão está condicionada à verificação de sua autenticidade na Internet, nos endereços <<http://rfb.gov.br>> ou <<http://www.pgfn.gov.br>>.

Certidão emitida gratuitamente com base na Portaria Conjunta RFB/PGFN nº 1.751, de 2/10/2014.

Emitida às 18:17:22 do dia 03/10/2024 <hora e data de Brasília>.

Válida até 01/04/2025.

Código de controle da certidão: **7A6B.E874.1C9B.4BB4**

Qualquer rasura ou emenda invalidará este documento.



## SECRETARIA DE ESTADO DE FAZENDA DE MINAS GERAIS

### CERTIDÃO DE DÉBITOS TRIBUTÁRIOS

**Negativa**

CERTIDÃO EMITIDA EM:  
16/08/2018

CERTIDÃO VALIDA ATÉ:  
14/11/2018

NOME: FUNDAÇÃO DE APOIO UNIVERSITARIO

CNPJ/CPF: 21.238.738/0001-61

LOGRADOURO: FRANCISCO VICENTE FERREIRA

NÚMERO: 126

COMPLEMENTO:

BAIRRO: SANTA MONICA

CEP: 38408102

DISTRITO/POVOADO:

MUNICÍPIO: UBERLANDIA

UF: MG

**Ressalvado o direito de a Fazenda Pública Estadual cobrar e inscrever quaisquer débitos de responsabilidade do sujeito passivo acima identificado que vierem a ser apuradas, é certificado que:**

**1. Não constam débitos relativos a tributos administrados pela Fazenda Pública Estadual e/ou Advocacia Geral do Estado;**

**2. No caso de utilização para lavratura de escritura pública ou registro de formal de partilha, de carta de adjudicação expedida em autos de inventário ou de arrolamento, de sentença em ação de separação judicial, divórcio, ou de partilha de bens na união estável e de escritura pública de doação de bens imóveis, esta certidão somente terá validade se acompanhada da Certidão de Pagamento / Desoneração do ITCD, prevista no artigo 39 do Decreto 43.981/2005.**

**Certidão válida para todos os estabelecimentos da empresa, alcançando débitos tributários do sujeito passivo em Fase Administrativa ou inscritos em Dívida Ativa.**

IDENTIFICAÇÃO

NÚMERO DO PTA

DESCRIÇÃO

**A autenticidade desta certidão deverá ser confirmada através de aplicativo disponibilizado pela Secretaria de Estado de Fazenda de Minas Gerais, na internet: <http://www.fazenda.mg.gov.br>  
=> Empresas => Certificação da Autenticidade de Documentos.**

CÓDIGO DE CONTROLE DE CERTIDÃO: 2018000285121085



## SECRETARIA DE ESTADO DE FAZENDA DE MINAS GERAIS

### CERTIDÃO DE DÉBITOS TRIBUTÁRIOS

**Negativa**

CERTIDÃO EMITIDA EM:  
25/09/2024

CERTIDÃO VALIDA ATÉ:  
24/12/2024

NOME: FUNDACAO DE APOIO UNIVERSITARIO

CNPJ/CPF: 21.238.738/0001-61

LOGRADOURO: RUA FRANCISCO VICENTE FERREIRA

NÚMERO: 126

COMPLEMENTO:

BAIRRO: SANTA MONICA

CEP: 38408102

DISTRITO/POVOADO:

MUNICÍPIO: UBERLANDIA

UF: MG

**Ressalvado o direito de a Fazenda Pública Estadual cobrar e inscrever quaisquer débitos de responsabilidade do sujeito passivo acima identificado que vierem a ser apuradas, é certificado que:**

**1. Não constam débitos relativos a tributos administrados pela Fazenda Pública Estadual e/ou Advocacia Geral do Estado;**

**2. No caso de utilização para lavratura de escritura pública ou registro de formal de partilha, de carta de adjudicação expedida em autos de inventário ou de arrolamento, de sentença em ação de separação judicial, divórcio, ou de partilha de bens na união estável e de escritura pública de doação de bens imóveis, esta certidão somente terá validade se acompanhada da Certidão de Pagamento / Desoneração do ITCD, prevista no artigo 39 do Decreto 43.981/2005.**

**Certidão válida para todos os estabelecimentos da empresa, alcançando débitos tributários do sujeito passivo em Fase Administrativa ou inscritos em Dívida Ativa.**

IDENTIFICAÇÃO

NÚMERO DO PTA

DESCRIÇÃO

**A autenticidade desta certidão deverá ser confirmada através de aplicativo disponibilizado pela Secretaria de Estado de Fazenda de Minas Gerais, na internet: <http://www.fazenda.mg.gov.br>  
=> Empresas => Certificação da Autenticidade de Documentos.**

CÓDIGO DE CONTROLE DE CERTIDÃO:2024000804443590



## ALVARÁ DE FUNCIONAMENTO

Inscrição Municipal	CPF/CNPJ	Data Inscrição Municipal	Data de Registro	Data Alvará de Funcionamento	Nº de Controle	Nº do Alvará
<b>03069000</b>	<b>21.238.738/0001-61</b>	<b>11/05/1983</b>	<b>//</b>	<b>01/06/2017</b>	<b>1700211783</b>	<b>1064412017</b>

Razão Social  
**FUNDAÇÃO DE APOIO UNIVERSITÁRIO**

Localização  
**FRANCISCO VICENTE FERREIRA, Nº: 000126**  
**COMPLEMENTO:**  
**COMPLEMENTO INFORMADO:**  
**PROGRESSO (LOTEAMENTO) CEP: 38408102**  
**CIDADE: Uberlândia UF: MG**  
**ÁREA UTILIZADA: 2.284,74 m²**

Objeto Social da Empresa

**SAO FINALIDADES BASICAS DA FAU ESTIMULAR, APOIAR E INCENTIVAR AS ATIVIDADES INERENTES AO ENSINO, A PESQUISA, A EXTENSAO, A CULTURA, AS ARTES E AO DESENVOLVIMENTO INSTITUCIONAL, CIENTIFICO E TECNOLÓGICO DE INTERESSE DA UNIVERSIDADE FEDERAL DE UBERLÂNDIA, COLABORAR COM ACOES GOVERNAMENTAIS E PRIVADAS DE INTERESSE DA SOCIEDADE, BEM COMO INTERAGIR E COOPERAR COM OUTRAS ENTIDADES CONGENERES. FINALIDADES CRIAR CONDIÇÕES PROPÍCIAS AO ESTABELECIMENTO DE RELAÇÕES COM O AMBIENTE EXTERNO, DESEMPENHAR O PAPEL DE ESCRITÓRIO DE CONTRATOS, PROMOVER A REALIZAÇÃO DE CURSOS, ESTUDOS, PESQUISAS, CONSULTORIAS E PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS, REALIZAR CONCURSOS PÚBLICOS, CELEBRAR CONVENIOS E ACORDOS, DENTRE OUTRAS ATIVIDADES.**

Atividade Econômica

Código	Descrição	Exercida no Local
<b>8411-6/00-00</b>	<b>Administração pública em geral</b>	<b>SIM</b>
<b>7120-1/00-00</b>	<b>Testes e análises técnicas</b>	<b>SIM</b>
<b>7220-7/00-00</b>	<b>Pesquisa e desenvolvimento experimental em ciências sociais e humanas</b>	<b>SIM</b>
<b>7319-0/99-00</b>	<b>Outras atividades de publicidade não especificadas anteriormente</b>	<b>SIM</b>
<b>8550-3/02-00</b>	<b>Atividades de apoio à educação, exceto caixas escolares</b>	<b>SIM</b>

Este contribuinte está autorizado a desenvolver as atividades acima elencadas e firma compromisso, sob as penas da lei, de que conhece e atende os requisitos legais exigidos para funcionamento e exercício das atividades econômicas constantes do objeto social, no que respeita ao uso e ocupação do solo, as atividades domiciliares e restrições ao uso de espaços públicos, acessibilidade e de segurança sanitária, ambiental e de prevenção contra incêndio e pânico. O contribuinte reconhece que o não atendimento a estes requisitos acarretará a suspensão e a cassação subsequente do Alvará de Funcionamento, nos termos da legislação vigente.

Licença	Vencimento
<b>Meio Ambiente</b>	<b>01/06/2020</b>
<b>Corpo de Bombeiros</b>	<b>31/08/2020</b>

Horário de Funcionamento: **08:00:00 às 18:00:00**

**ALVARÁ VÁLIDO ATÉ: 01/06/2020**

### NOTA

ESTE ALVARÁ É VÁLIDO ATÉ **01/06/2020**, SOMENTE PARA A LOCALIZAÇÃO E ATIVIDADE(S) ACIMA DISCRIMINADA(S). O PRESENTE DEVE SER AFIXADO EM LOCAL VISÍVEL E ACESSÍVEL A FISCALIZAÇÃO.

EMITIDO EM: **05/06/2017**

Código de autenticidade: **UDI1700211806-223**



PREFEITURA MUNICIPAL DE UBERLÂNDIA

SECRETARIA MUNICIPAL DE FINANÇAS

CERTIDÃO DE SITUAÇÃO TRIBUTÁRIA E/OU FISCAL

## CERTIDÃO POSITIVA COM EFEITO DE NEGATIVA

CERTIDÃO Nº: 2106628/24-20

CONFORME REQUERIMENTO CERTIFICAMOS PARA FINS DE **COMPROVANTE** QUE EM NOME DE **FUNDAÇÃO DE APOIO UNIVERSITÁRIO** CONSTAM DÉBITOS TRIBUTÁRIOS MOBILIÁRIOS E IMOBILIÁRIOS E/OU FISCAIS PARA O CONTRIBUINTE SUPRA QUALIFICADO.

CPF/CNPJ: **21.238.738/0001-61**

Ficam ressalvados dos direitos por parte da Secretaria Municipal de Finanças, apurar créditos Tributários anteriores a extração desta certidão.

Esta certidão não faz efeito para transferência e registro no cartório.

Certidão emitida em 28 de Outubro de 2024

Válida até: 27/11/2024

Código de autenticidade: **F3040E74C981E250**

Para conferir a autenticidade de certidões, utilize o seguinte endereço [www.uberlandia.mg.gov.br](http://www.uberlandia.mg.gov.br) e acesse o link "Validar Certidões".

Voltar

Imprimir



## Certificado de Regularidade do FGTS - CRF

**Inscrição:** 21.238.738/0001-61

**Razão Social:** FUNDAÇÃO DE APOIO UNIVERSITÁRIO

**Endereço:** R ENGENHEIRO DINIZ 1178 / MARTINS / UBERLÂNDIA / MG / 38400-462

A Caixa Econômica Federal, no uso da atribuição que lhe confere o Art. 7, da Lei 8.036, de 11 de maio de 1990, certifica que, nesta data, a empresa acima identificada encontra-se em situação regular perante o Fundo de Garantia do Tempo de Serviço - FGTS.

O presente Certificado não servirá de prova contra cobrança de quaisquer débitos referentes a contribuições e/ou encargos devidos, decorrentes das obrigações com o FGTS.

**Validade:** 21/11/2024 a 20/12/2024

**Certificação Número:** 2024112102180237577521

Informação obtida em 26/11/2024 09:52:58

A utilização deste Certificado para os fins previstos em Lei esta condicionada a verificação de autenticidade no site da Caixa:  
**[www.caixa.gov.br](http://www.caixa.gov.br)**



# Improbidade Administrativa e Inelegibilidade

## Certidão Negativa

**Certifico que nesta data (26/11/2024 às 09:54) NÃO CONSTA no Cadastro Nacional de Condenações Cíveis por Ato de Improbidade Administrativa e Inelegibilidade registros de condenação com trânsito em julgado ou sanção ativa quanto ao CNPJ nº 21.238.738/0001-61.**

A condenação por atos de improbidade administrativa não implica automático e necessário reconhecimento da inelegibilidade do condenado.

Para consultas sobre inelegibilidade acesse portal do TSE em <http://divulgacandcontas.tse.jus.br/>

Esta certidão é expedida gratuitamente. Sua autenticidade pode ser por meio do número de controle 6745.C4EE.3572.E646 no seguinte endereço: [https://www.cnj.jus.br/improbidade\\_adm/autenticar\\_certidao.php](https://www.cnj.jus.br/improbidade_adm/autenticar_certidao.php)

## **FUNDAÇÃO DE APOIO UNIVERSITÁRIO – FAU**

### **DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS DO EXERCÍCIO FINDO EM 31 DE DEZEMBRO DE 2023**

**Dezembro/2023**



## **Relatório dos Auditores Independentes sobre as Demonstrações Contábeis**

Aos

Conselheiros e Administradores da

**FUNDAÇÃO DE APOIO UNIVERSITÁRIO – FAU**

Uberlândia – MG

### **Opinião**

Examinamos as demonstrações contábeis da **Fundação de Apoio Universitário – FAU** (Entidade), que compreendem o balanço patrimonial em 31 de dezembro de 2023 e as respectivas demonstrações do resultado, das mutações do patrimônio líquido e dos fluxos de caixa para o exercício findo nessa data, bem como as correspondentes notas explicativas, compreendendo as políticas contábeis significativas e outras informações elucidativas.

Em nossa opinião, as demonstrações contábeis acima referidas apresentam adequadamente, em todos os aspectos relevantes, a posição patrimonial e financeira da **Fundação de Apoio Universitário – FAU** em 31 de dezembro de 2023, o desempenho de suas operações e os seus fluxos de caixa para o exercício findo nessa data, de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil para as entidades sem fins lucrativos (ITG 2002) e pequenas e médias empresas (NBC TG 1.000).

### **Base para opinião**

Nossa auditoria foi conduzida de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria. Nossas responsabilidades, em conformidade com tais normas, estão descritas na seção a seguir intitulada “Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações contábeis”. Somos independentes em relação à Entidade, de acordo com os princípios éticos relevantes previstos no Código de Ética Profissional do Contador e nas normas profissionais emitidas pelo Conselho Federal de Contabilidade, e cumprimos com as demais responsabilidades éticas de acordo com essas normas. Acreditamos que a evidência de auditoria obtida é suficiente e apropriada para fundamentar nossa



opinião.

### **Outras informações**

#### **Auditoria das demonstrações contábeis correspondentes ao exercício anterior**

Os valores correspondentes ao exercício findo em 31 de dezembro de 2022, apresentados para fins de comparação, são oriundos das demonstrações contábeis anteriormente por nós auditadas, cujo relatório sem modificações foi emitido em 28 de abril de 2023.

#### **Responsabilidades da administração e da governança pelas demonstrações contábeis**

A administração é responsável pela elaboração e adequada apresentação das demonstrações contábeis de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil e pelos controles internos que ela determinou como necessários para permitir a elaboração de demonstrações contábeis livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro.

Na elaboração das demonstrações contábeis, a administração é responsável pela avaliação da capacidade de a **Fundação de Apoio Universitário – FAU** continuar operando, divulgando, quando aplicável, os assuntos relacionados com a sua continuidade operacional e o uso dessa base contábil na elaboração das demonstrações contábeis, a não ser que a administração pretenda liquidar a Entidade ou cessar suas operações, ou não tenha nenhuma alternativa realista para evitar o encerramento das operações.

Os responsáveis pela governança da Entidade são aqueles com responsabilidade pela supervisão do processo de elaboração das demonstrações contábeis.

#### **Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações contábeis**

Somos responsáveis por obter uma segurança razoável de que as demonstrações contábeis, tomadas em conjunto, estão livres de distorção relevantes, independentemente se causada por fraude ou erro, e emitir um relatório de auditoria contendo nossa opinião. Segurança razoável é um alto nível de segurança, mas não é uma garantia de que uma auditoria realizada de acordo com as normas



brasileiras e internacionais de auditoria sempre detectarão as eventuais distorções relevantes existentes. As distorções podem ser decorrentes de fraude ou erro e são consideradas relevantes quando, individualmente ou em conjunto, possam influenciar, dentro de uma perspectiva razoável, as decisões econômicas dos usuários tomadas com base nas referidas demonstrações contábeis.

Como parte de uma auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria, exercemos julgamento profissional, e mantemos ceticismo profissional ao longo da auditoria. Além disso:

- Identificamos e avaliamos os riscos de distorção relevante nas demonstrações contábeis, independentemente se causada por fraude ou erro, planejamos e executamos procedimentos de auditoria em resposta a tais riscos, bem como obtemos evidência de auditoria apropriada e suficiente para fundamentar nossa opinião. O risco de não detecção de distorção relevante resultante de fraude é maior do que o proveniente de erro, já que a fraude pode envolver o ato de burlar os controles internos, conluio, falsificação, omissão ou representações falsas intencionais.
- Obtemos entendimento dos controles internos relevantes para a auditoria para planejarmos procedimentos de auditoria apropriados às circunstâncias, mas, não, com o objetivo de expressarmos opinião sobre a eficácia dos controles internos da Entidade.
- Avaliamos a adequação das políticas contábeis utilizadas e a razoabilidade das estimativas contábeis e respectivas divulgações feitas pela administração.
- Concluimos sobre a adequação do uso, pela administração, da base contábil de continuidade operacional e, com base nas evidências de auditoria obtidas, se existe incerteza relevante em relação a eventos ou condições que possam levantar dúvida significativa em relação à capacidade de continuidade operacional da Entidade. Se concluirmos que existe incerteza relevante, devemos chamar atenção em nosso relatório de auditoria para as respectivas divulgações nas demonstrações contábeis ou incluir modificação em nossa opinião, se as divulgações forem inadequadas. Nossas conclusões estão fundamentadas nas evidências de auditoria obtidas até a data de nosso relatório. Todavia, eventos ou condições futuras podem levar a Entidade a não mais se manter em continuidade operacional.



# PELEGRINI & RODRIGUES

AUDITORES INDEPENDENTES

- Avaliamos a apresentação geral, a estrutura e o conteúdo das demonstrações contábeis, inclusive as divulgações e se as demonstrações contábeis representam as correspondentes transações e os eventos de maneira compatível com o objetivo de apresentação adequada.

Comunicamo-nos com a administração a respeito, entre outros aspectos, do alcance planejado, da época da auditoria e das constatações significativas de auditoria, inclusive as eventuais deficiências significativas nos controles internos que identificamos durante nossos trabalhos.

Fornecemos também aos responsáveis pela governança declaração de que cumprimos com as exigências éticas relevantes, incluindo os requisitos aplicáveis de independência e comunicamos todos os eventuais relacionamentos ou assuntos que poderiam afetar consideravelmente nossa independência, incluindo, quando aplicável, as respectivas salvaguardas.

Uberlândia, 03 de abril de 2024

**PELEGRINI & RODRIGUES**

**Auditores Independentes**

**CRC. DF – 360/O-1 S-MG**

Documento assinado digitalmente



PEDRO HENRIQUE PORTO GONCALVES

Data: 09/05/2024 15:21:24-0300

Verifique em <https://validar.iti.gov.br>

**Pedro Henrique Porto Gonçalves**

**Contador**

**CRC DF 021741/O-2**

**FUNDAÇÃO DE APOIO UNIVERSITÁRIO**

**BALANÇO PATRIMONIAL EM**

		<b>31/12/2023</b>	<b>31/12/2022</b>
<b>ATIVO</b>			
	<b>Nota</b>		
<b>Circulante</b>			
Caixa, equivalentes de caixa	4	1.496.146,22	905.663,01
Aplicações - recursos com restrições	5	175.105.903,74	85.707.367,19
Contas a receber	6	1.986.511,19	1.967.092,44
Adiantamentos	7	5.528.906,74	1.610.948,70
Outras contas	8	844.694,73	649.424,09
		<b>184.962.162,62</b>	<b>90.840.495,43</b>
<b>Não Circulante</b>			
Ativos Financeiros	9	1.290,68	29,14
Depósitos Judiciais	10	7.268.707,76	4.707.013,39
Investimentos	11	2.269.491,33	2.269.491,33
Imobilizado - bens com restrição	12	17.117.067,63	10.830.120,83
Imobilizado - bens sem restrição	13	2.514.636,86	2.574.968,21
Intangível	13	30.374,56	30.374,56
		<b>29.201.568,82</b>	<b>20.411.997,46</b>
		<b>214.163.731,44</b>	<b>111.252.492,89</b>
<b>TOTAL DO ATIVO</b>			

**As notas explicativas são parte integrante das demonstrações contábeis**

**FUNDAÇÃO DE APOIO UNIVERSITÁRIO**  
**BALANÇO PATRIMONIAL EM**

**PASSIVO**

	<u>Nota</u>	<u>31/12/2023</u>	<u>31/12/2022</u>
<b>Circulante</b>			
Fundo Institucional a pagar	14	304.890,13	552.639,92
Parcelamento FINEP	15	156.939,62	147.283,32
Fornecedores	16	22.472,70	268.443,95
Outras contas a pagar	17	27.942,86	1.167,80
Obrigações tributárias	18	224.524,09	248.680,04
Salários e encargos	19	1.508.986,12	1.238.237,82
Adiantamento de convênios	20	1.352.511,08	874.095,88
Recursos de projetos e convênios em execução	20	181.960.674,81	88.236.878,68
		<b>185.558.941,41</b>	<b>91.567.427,41</b>
<b>Não circulante</b>			
Obrigações tributárias	21	7.268.707,76	4.707.013,39
Parcelamento FINEP	15	50.889,88	171.830,54
Fundo Institucional a pagar	14	0,00	14.088,81
Imobilizado - bens com restrição	12	17.117.067,63	10.830.120,83
		<b>24.436.665,27</b>	<b>15.723.053,57</b>
<b>Patrimônio líquido</b>			
Patrimônio social	22.1	3.962.011,91	4.376.113,75
Superávit (déficit) acumulado	22.1	206.112,85	(414.101,84)
		<b>4.168.124,76</b>	<b>3.962.011,91</b>
<b>TOTAL DO PASSIVO</b>		<b><u>214.163.731,44</u></b>	<b><u>111.252.492,89</u></b>

**As notas explicativas são parte integrante das demonstrações contábeis**

FUNDAÇÃO DE APOIO UNIVERSITÁRIO

DEMONSTRAÇÃO DO RESULTADO DO EXERCÍCIO EM

	Nota	<u>31/12/2023</u>	<u>31/12/2022</u>
<b>RECEITAS</b>			
<b>Sem restrição</b>			
Receita de repasses e das atividades	23	6.462.460,21	5.291.333,74
<b>Com restrição</b>			
Receita de convênios e demais projetos educacionais	24	114.082.847,24	76.595.443,23
<b>Superávit Bruto</b>		<b>120.545.307,45</b>	<b>81.886.776,97</b>
<b>Despesas operacionais</b>			
Despesas com pessoal	25	(3.164.664,57)	(2.949.338,56)
Despesas administrativas gerais	26	(2.936.314,40)	(2.785.381,36)
Depreciações e amortizações		(115.726,34)	(108.360,65)
Outras receitas (despesas)		104.937,13	113.964,67
		<b>(6.111.768,18)</b>	<b>(5.729.115,90)</b>
<b>Com restrição</b>			
Despesa de convênios e demais projetos educacionais	27	(114.082.847,24)	(76.595.443,23)
<b>Total das despesas</b>		<b>(120.194.615,42)</b>	<b>(82.324.559,13)</b>
<b>Superávit (déficit) antes do resultado financeiro</b>		<b>350.692,03</b>	<b>(437.782,16)</b>
Receitas financeiras	28	630.864,56	234.609,24
Despesas financeiras	28	(775.443,74)	(210.928,92)
		<b>(144.579,18)</b>	<b>23.680,32</b>
<b>Superávit (déficit) do exercício</b>		<b>206.112,85</b>	<b>(414.101,84)</b>

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações contábeis

**FUNDAÇÃO DE APOIO UNIVERSITÁRIO**

**DEMONSTRAÇÃO DAS MUTAÇÕES DO PATRIMÔNIO LÍQUIDO**

<b>Descrição</b>	<b>Fundo <u>Institucional</u></b>	<b>Superávit (déficit) <u>acumulado</u></b>	<b>Patrimônio <u>líquido</u></b>
<b>Saldo em 31 de dezembro de 2021</b>	<b>4.047.386,03</b>	<b>328.727,72</b>	<b>4.376.113,75</b>
Incorporação do superávit	328.727,72	(328.727,72)	-
Déficit do exercício	-	(414.101,84)	(414.101,84)
<b>Saldo em 31 de dezembro de 2022</b>	<b>4.376.113,75</b>	<b>(414.101,84)</b>	<b>3.962.011,91</b>
Incorporação do déficit	(414.101,84)	414.101,84	-
Superávit do exercício	-	206.112,85	206.112,85
<b>Saldo em 31 de dezembro de 2023</b>	<b>3.962.011,91</b>	<b>206.112,85</b>	<b>4.168.124,76</b>

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações contábeis

FUNDAÇÃO DE APOIO UNIVERSITÁRIO

DEMONSTRAÇÃO DOS FLUXOS DE CAIXA

Referente aos exercícios findos em 31 de dezembro

( Em Reais )

	<u>2023</u>	<u>2022</u>
<b>Fluxo de Caixa das Atividades Operacionais:</b>		
<b>Superávit (déficit) líquido do exercício</b>	206.112,85	(414.101,84)
<b>Ajustes para reconciliar o lucro líquido com o caixa gerado nas atividades operacionais:</b>		
Provisão (reversão) créditos liquidação duvidosa	40,00	(56.040,69)
Depreciação e amortização	115.726,34	108.360,65
	<u>321.879,19</u>	<u>(361.781,88)</u>
<b>(Aumento) Redução de Ativos:</b>		
Contas a receber	(19.458,75)	(424.704,90)
Adiantamentos	(3.917.958,04)	(487.134,49)
Adiantamento Convênios/Outras contas	(195.270,64)	(647.934,97)
Depósito Judicial Realizável a Longo Prazo	(2.562.955,91)	(1.760.566,01)
<b>Aumento (Redução) de Passivos:</b>		
Fundo institucional	(247.749,79)	63.565,46
Contas a pagar	(219.196,19)	(81.352,53)
Parcelamento FINEP	9.656,30	(9.541,78)
Obrigações tributárias	(24.155,95)	110.544,95
Salários e encargos	270.748,30	296.706,92
Convênios a realizar	87.915.263,32	49.838.162,53
Imobilizado convênios	6.286.948,01	2.625.198,96
Obrigações tributárias de processos judiciais	2.561.694,37	1.760.536,87
<b>Caixa líquido proveniente das atividades operacionais</b>	<u>90.179.444,22</u>	<u>50.921.699,13</u>
<b>Fluxo de Caixa das Atividades de Investimento:</b>		
Redução/Aumento de aplicações financeiras vinculadas	(89.398.536,55)	(51.058.930,41)
Aquisição de bens do ativo imobilizado e intangível	(55.394,99)	(90.546,82)
<b>Caixa líquido usado nas atividades de investimento</b>	<u>(89.453.931,54)</u>	<u>(51.149.477,23)</u>
<b>Fluxo de Caixa das Atividades de Financiamento:</b>		
Aumento (redução) do parcelamento FINEP	(14.088,81)	(169.065,72)
Aumento (redução) do fundo institucional	(120.940,66)	(109.934,14)
<b>Caixa líquido nas atividades de financiamento</b>	<u>(135.029,47)</u>	<u>(278.999,86)</u>
<b>Aumento (redução) líquida de caixa e equivalentes de caixa</b>	<u>590.483,21</u>	<u>(506.777,96)</u>
Caixa e equivalentes de caixa no início do período	905.663,01	1.412.440,97
Caixa e equivalentes de caixa no final do período	1.496.146,22	905.663,01
<b>Aumento (redução) líquida de caixa e equivalentes de caixa</b>	<u>590.483,21</u>	<u>(506.777,96)</u>

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações contábeis

## FUNDAÇÃO DE APOIO UNIVERSITÁRIO

### NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS PARA OS EXERCÍCIOS FINDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2023 E DE 2022

(Valores em reais)

#### 1. CONTEXTO FUNDACIONAL

A Fundação de Apoio Universitário – FAU é uma fundação de direito privado, com personalidade jurídica própria, sem fins lucrativos, constituída em 20 de dezembro de 1982, com sede na cidade de Uberlândia, Estado de Minas Gerais.

A Fundação foi instituída pela Universidade Federal de Uberlândia (UFU), com intuito de aprimorar e facilitar as atividades de administração financeira de cursos, projetos de pesquisa, ensino e extensão e ainda convênios e contratos com a interveniência da Universidade Federal de Uberlândia, atendendo à comunidade em geral.

Ao longo dos anos, a Fundação consolidou-se como fundação de apoio de caráter imprescindível para a consecução de atividades de ensino, pesquisa e extensão, proporcionando o desenvolvimento científico e tecnológico da UFU no cenário nacional e internacional.

#### 2. APRESENTAÇÃO DAS DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS

##### 2.1. Declaração de conformidade

Na elaboração das Demonstrações Contábeis encerradas em 31 de dezembro de 2023, foram adotadas as práticas contábeis aplicadas no Brasil e demais normas e técnicas contábeis para as entidades sem fins lucrativos. Foram tomadas como base de referência as orientações da Lei nº 11.638/2007, naquilo que importa às questões contábeis vinculadas às organizações que integram o Terceiro Setor, a NBC TG 1000 (R1) – Contabilidade para Pequenas e Médias Empresas e a ITG 2002 (R1) – Entidades sem finalidade de lucros, aprovada pela Resolução CFC Nº 1409/12, que estabelece critérios e procedimentos específicos de avaliação, de registros dos componentes e variações patrimoniais e de estruturação das demonstrações contábeis, e as informações mínimas a serem divulgadas em nota explicativa das entidades sem finalidade de lucros.

##### 2.2. Base de mensuração

A base de mensuração dos itens e dos fatos contábeis numa Demonstração Contábil é fundamental para a qualidade da informação contábil prestada, neste sentido as Demonstrações Contábeis foram elaboradas com base no custo histórico.

### **2.3. Moeda funcional e moeda de apresentação**

Essas demonstrações contábeis são apresentadas em Real, que é a moeda funcional da Fundação, exceto quando indicado de outra forma.

### **2.4. Uso de estimativas e julgamentos**

A preparação das demonstrações contábeis, de acordo com as normas contábeis, exige que a Administração faça julgamentos, estimativas e utilize premissas que afetam a aplicação de políticas contábeis e os valores reportados de ativos, passivos, receitas e despesas. A liquidação das transações envolvendo essas estimativas poderá resultar em valores diferentes dos estimados em razão de imprecisões inerentes ao processo da sua determinação.

A entidade avaliou as principais premissas relativas a fontes de incerteza nas estimativas futuras, envolvendo riscos de ajustes significativos nas demonstrações contábeis, são:

- a) perda estimada para crédito de liquidação duvidosa;
- b) vida útil dos bens ativo imobilizado; e
- c) provisões e contingências.

### **2.5. Critérios Contábeis**

As principais práticas contábeis aplicadas na preparação destas demonstrações contábeis estão definidas a seguir. Essas práticas vêm sendo aplicadas de forma consistente ao longo dos exercícios apresentados.

### **2.6. Demonstração de Resultados Abrangentes**

Nas movimentações do Patrimônio Líquido da Fundação para o exercício corrente e exercícios apresentados de forma comparativa não foram identificados outros resultados abrangentes que assim requeressem a elaboração e apresentação da Demonstração dos Resultados Abrangentes. Desta forma a Fundação não está apresentando a Demonstração do Resultado Abrangente – DRA.

### **2.7. Demonstrações dos fluxos de caixa**

As demonstrações dos fluxos de caixa, pelo método indireto, são preparadas e apresentadas em base líquida de acordo com a NBC TG 03 (R3) (em consonância com o Pronunciamento Técnico CPC 03 – Demonstração dos Fluxos de Caixa).

### **3. PRINCIPAIS DIRETRIZES CONTÁBEIS**

O resumo das principais práticas contábeis adotadas pela Fundação, a seguir:

#### **3.1. Regime Contábil**

As transações são efetuadas de acordo com os Princípios de Contabilidade, obedecendo ao regime de competência.

#### **3.2. Caixa e equivalente de caixa**

São representados por disponibilidades em moeda nacional, referentes à caixa, bancos e aplicações financeiras em títulos de renda fixa com disponibilidade imediata e são utilizados pela Fundação no gerenciamento de seus compromissos de curto prazo. As aplicações financeiras são registradas ao valor original, acrescido dos rendimentos proporcionalmente auferidos até as datas de encerramentos dos exercícios. Em função disso são considerados como “equivalentes de caixa”, conforme estabelecido na NBC TG 03 (R3) - (em consonância com o Pronunciamento Técnico CPC 03 – Demonstração dos Fluxos de Caixa).

#### **3.3. Contas a receber de clientes**

As contas a receber são registradas e mantidas pelo valor nominal dos títulos representativos desses créditos, e deduzidas da provisão para créditos de liquidação duvidosa, constituída considerando os créditos vencidos há mais de 180 dias após análise individual dos mesmos, sendo considerada suficiente pela Administração para cobrir eventuais perdas.

#### **3.4. Instrumentos financeiros**

##### **3.4.1. Ativos financeiros**

Os ativos financeiros mantidos pela Fundação, quando aplicáveis, são classificados sob as seguintes categorias: (I) ativos financeiros mantidos até o vencimento e (II) empréstimos e recebíveis. A classificação depende da finalidade para a qual os ativos e passivos financeiros foram adquiridos ou contratados.

##### **3.4.2. Empréstimos e recebíveis**

São incluídos nesta classificação os ativos financeiros não derivativos, com recebimentos fixos ou determináveis que não são cotados em um mercado ativo. Os empréstimos e recebíveis são mensurados pelo valor do custo amortizado utilizando-se o método de juros efetivos, deduzidos de qualquer perda por redução do valor recuperável. A receita de juros

é reconhecida através da aplicação da taxa de juros efetiva. No caso da Fundação compreendem principalmente o Contas a Receber.

Não tem sido política da Fundação operar com derivativos.

### **3.4.3. Passivos financeiros**

Passivos financeiros mensurados ao valor justo por meio do resultado recebem essa classificação quando são mantidos para negociação ou assim designados.

Outros passivos financeiros são mensurados ao custo amortizado utilizando o método de juros efetivos, alocando sua despesa de juros pelo respectivo exercício.

Os passivos financeiros da Fundação incluem contas a pagar a fornecedores e convênios a realizar. Estão demonstrados pelos valores de contratação, acrescidos dos encargos pactuados, que incluem juros e atualização monetária incorrida.

A Fundação não opera com instrumentos financeiros derivativos para os passivos.

### **3.5. Demais ativos circulantes**

São apresentados ao valor de custo ou realização, incluindo, quando aplicável, os rendimentos e as variações monetárias auferidas. Além disso, quando aplicável, as transações relevantes são ajustadas a valor presente. O cálculo do ajuste a valor presente é efetuado para cada transação com base numa taxa de juros que reflete o prazo, a moeda e o risco de cada transação. A contrapartida dos ajustes a valor presente de contas a receber é feita na receita bruta no resultado. A diferença entre o valor presente de uma transação e o valor de face do faturamento é considerada receita financeira e é apropriada com base nos métodos do custo amortizado e da taxa de juros efetiva ao longo do prazo de vencimento da transação, conforme NBC TG 12 (em consonância com o Pronunciamento Técnico do CPC 12 – Ajuste a Valor Presente).

A mensuração também ocorre pelo valor justo, baseando-se no valor de mercado e não somente em critérios definidos pela entidade, segundo dispõe o Pronunciamento Técnico CPC 46.

### **3.6. Propriedade para Investimentos**

Refere-se a propriedade mantida para auferir receita de aluguel ou valorização de capital, mas não para venda no curso normal das operações, utilização na produção ou fornecimento de produtos ou serviços ou para propósitos administrativos. A Fundação decidiu manter sua propriedade para investimento mensurada pelo custo deduzidas depreciações formadas em exercícios anteriores.

### **3.7. Imobilizado**

Os registros no imobilizado correspondem aos direitos que tenham por objeto bens corpóreos destinados à manutenção das atividades da Fundação. É registrado ao custo de aquisição, reduzido da depreciação calculada pelo método linear, com base no tempo de vida estimado dos bens, às taxas da Receita Federal do Brasil, mencionadas na nota 13 e de qualquer perda não recuperável acumulada, quando aplicável.

Os gastos com peças de reposição e manutenções realizadas para restaurar ou manter os padrões originais de desempenho de determinado bem são reconhecidos no ativo imobilizado e depreciados junto ao bem.

### **3.8. Intangível**

Os ativos intangíveis são bens incorpóreos, identificáveis, sob o controle da Fundação que geram benefícios econômicos futuros. São avaliados ao custo, menos amortização acumulada.

Ativos intangíveis gerados internamente não são capitalizáveis e o gasto é refletido na demonstração do resultado no exercício em que foi incorrido. Os direitos contratuais relacionados com contratos de comercialização, licenças de instalação, licenças de uso de software são demonstrados ao custo histórico de formação e/ou aquisição, sendo amortizados linearmente de acordo com o exercício em que são utilizados, reconhecidos como despesa nas demonstrações de resultados na medida em que são incorridos.

### **3.9. Provisões**

A provisão é reconhecida quando a Fundação possui uma obrigação legal ou constituída como resultado de um evento passado, e é provável que um recurso econômico seja requerido para saldar a obrigação, conforme NBC TG 25 (R2) (em consonância com o Pronunciamento Técnico CPC 25 – Provisões, Passivos Contingentes e Ativos Contingentes). A Fundação é parte de diversos processos judiciais e administrativos, sendo que provisões quando necessárias são constituídas para todas as contingências referentes a processos para os quais é provável que uma saída de recursos seja feita para liquidar a contingência/obrigação e uma estimativa razoável, levando-se em conta a posição dos assessores jurídicos externos, da Fundação.

### **3.10. Demais passivos circulantes e não circulantes**

São demonstrados por valores conhecidos ou calculáveis, acrescidos, quando aplicável, dos correspondentes encargos e variações monetárias incorridos, em base “pro-rata” dia. Além disso, quando aplicável, as transações relevantes são ajustadas a valor presente, conforme NBC TG 12 (em consonância com o Pronunciamento Técnico do CPC 12 – Ajuste a Valor Presente).

### 3.11. Reconhecimento de receita

A receita é reconhecida na extensão em que for provável que benefícios econômicos serão gerados para a Fundação e possa ser mensurada de forma confiável.

### 3.12. Apuração do resultado

As receitas e despesas relacionadas à mesma transação ou a outro evento são reconhecidas, simultaneamente, de acordo com o princípio do confronto das despesas com as receitas (regime de competência).

### 3.13. Políticas Contábeis, mudança de estimativa e retificação de erro

As principais políticas contábeis vêm sendo aplicadas de modo consistente em todos os exercícios apresentados com o objetivo de melhorar a relevância e a confiabilidade das demonstrações contábeis da Fundação, bem como permitir sua comparabilidade ao longo do tempo com as demonstrações de outras entidades.

## 4. CAIXA E EQUIVALENTES DE CAIXA

Representam aplicações financeiras de curto prazo, de alta liquidez, mantidas com a finalidade de atender compromissos de reduzido prazo e para auferir rendimentos.

As contas do grupo são as primeiras a serem apresentadas no Balanço, dentro do Ativo Circulante. Constituídas para designar valor em caixa e bancos, representam recursos com livre movimentação para aplicação nas operações da entidade e que não haja restrições de uso imediato.

<b>Descrição</b>	<b>31/12/2023</b>	<b>31/12/2022</b>
<b>Bancos conta movimento</b>		
Bancos conta movimento - Recursos de terceiros	267.653,18	21.959,20
<b>Total de bancos conta movimento</b>	<b>267.653,18</b>	<b>21.959,20</b>
<b>Aplicações financeiras</b>		
Aplicações financeiras - Recursos Livres	1.228.493,04	883.703,81
<b>Total de aplicações financeiras</b>	<b>1.228.493,04</b>	<b>883.703,81</b>
<b>Total de caixa e equivalentes de caixa</b>	<b>1.496.146,22</b>	<b>905.663,01</b>

## 5. APLICAÇÕES FINANCEIRAS VINCULADAS

Representam aplicações financeiras de curto e médio prazos, vinculadas aos convênios, mantidas com a finalidade de atender compromissos dos convênios e para auferir rendimentos.

## 6. CONTAS A RECEBER

Os valores a receber estão representados principalmente pela prestação de serviços. A Fundação reconhece perdas em créditos de liquidação duvidosa quando existe evidência objetiva de perda no valor recuperável, como resultado de eventos que ocorreram após o reconhecimento inicial. É constituída e atualizada anualmente considerando as duplicatas vencidas há mais de 180 (cento e oitenta) dias.

<b>Descrição</b>	<b>31/12/2023</b>	<b>31/12/2022</b>
Contas a receber	1.993.711,19	1.974.252,44
Provisão de créditos de liquidação duvidosa	(7.200,00)	(7.160,00)
<b>Total de contas a receber</b>	<b>1.986.511,19</b>	<b>1.967.092,44</b>

## 7. ADIANTAMENTOS

<b>Descrição</b>	<b>31/12/2023</b>	<b>31/12/2022</b>
Adiantamentos a funcionários	181.085,76	142.067,74
Adiantamentos para importação	5.323.109,82	1.458.530,96
Adiantamento de viagem	24.711,16	10.350,00
<b>Total de adiantamentos</b>	<b>5.528.906,74</b>	<b>1.610.948,70</b>

## 8. OUTRAS CONTAS

<b>Descrição</b>	<b>31/12/2023</b>	<b>31/12/2022</b>
Tributos a recuperar	1.345,01	1.345,01
Adiantamento de projetos e convênios/outras contas	843.349,72	648.079,08
<b>Total outras contas</b>	<b>844.694,73</b>	<b>649.424,09</b>

## 9. ATIVOS FINANCEIROS

Representam cotas-partes no valor nominal de R\$ 1,00 (cada) integralizado pela Fundação como cooperada em cooperativa de crédito de livre admissão. O capital do associado foi remunerado em percentual limitado a 100% da taxa referencial Selic para o exercício de 2023.

<b>Descrição</b>	<b>31/12/2023</b>	<b>31/12/2022</b>
Cotas-partes integralizadas	10,00	10,00
Juros Integralizados	62,81	2,49
Rateios Integralizados	1.217,87	16,65
<b>Total de cotas-partes</b>	<b>1.290,68</b>	<b>29,14</b>

## 10. DEPÓSITOS JUDICIAIS

Representam valores de depósitos judiciais realizados até publicação de sentença referente a ação ajuizada de procedimento comum em desfavor da UNIÃO, postulando provimento antecipatório que determine a imunidade tributária prevista nos artigos 150, 195 e 240 da Constituição da República, com a finalidade específica de afastar o pagamento dos impostos e contribuições federais, na condição de contribuinte de direito. Os valores demonstrados incluem os depósitos realizados referente ao valor do tributo mais variações monetárias ativas.

<b>Descrição</b>	<b>31/12/2023</b>	<b>31/12/2022</b>
Depósitos Judiciais PIS sobre folha de pagamento	219.763,92	142.358,26
Depósitos Judiciais PIS sobre receitas financeiras	1.901,62	1.225,52
Depósitos Judiciais COFINS sobre receitas financeiras	11.613,87	7.452,26
Depósitos Judiciais sobre COFINS sobre receitas de outras atividades	73.083,56	47.695,43
Depósitos Judiciais INSS patronal	6.962.344,79	4.508.281,92
<b>Total de depósitos judiciais</b>	<b>7.268.707,76</b>	<b>4.707.013,39</b>

## 11. INVESTIMENTOS

Refere-se unicamente à parte da edificação situada à Rua Francisco Vicente Ferreira, 126, Uberlândia – MG, destinada em caráter constante para auferir renda com aluguéis. A edificação possui separação de unidades facilmente identificáveis no valor de R\$2.269.491,33 (custo amortizado) representando 1.398,29 m<sup>2</sup> (mil e trezentos e noventa e oito metros quadrados e vinte e nove centímetros) do total de 2.284,74 m<sup>2</sup> (dois mil e duzentos e oitenta e quatro metros quadrados e setenta e quatro centímetros) construídos. Em 2023 a Fundação contabilizou em seu resultado receitas de aluguéis oriundas de contratos ativos firmados com pessoas jurídicas distintas.

## 12. IMOBILIZADO – BENS COM RESTRIÇÃO

Bens avaliados ao custo de aquisição, são reconhecidos quando da execução dos convênios e/ou projetos registrados na conta imobilizados para execução de convênios no ativo não circulante em contrapartida da conta imobilizados para execução de convênios no passivo não circulante.

As depreciações são calculadas pelo método linear às taxas definidas no Anexo III da Instrução Normativa da Receita Federal do Brasil 1.700 de 2017 considerando a vida útil econômica dos bens.

Após o encerramento e aprovação das prestações de contas de convênios e/ou projetos, os bens são doados com base no contrato firmado, destinados à Universidade ou Instituto Federal de acordo com o termo de outorga, órgãos de fomento ou comunidades.

**NOTA DO IMOBILIZADO (COM RESTRIÇÃO)**

	2023								2022	
	Custo aquisição				Depreciação Acumulada				Líquido	Líquido
	Saldo	Adições	Baixas	Saldo	Saldo	Adições	Baixas	Saldo		
<b>IMOBILIZADO, EM USO:</b>										
Convênios e projetos vinculados UFU	27.463.468,11	9.034.963,98	(59.695,81)	36.438.736,28	(17.213.877,84)	(2.626.028,63)	59.695,81	(19.780.210,66)	16.658.525,62	10.249.590,27
Convênios e projetos Grupo Algar	94.429,37	-	-	94.429,37	(69.920,13)	(5.233,42)	-	(75.153,55)	19.275,82	24.509,24
Convênios e projetos Companhia Energética de Brasília	579.630,91	-	-	579.630,91	(233.391,59)	(74.177,68)	-	(307.569,27)	272.061,64	346.239,32
Convênios e projetos Furnas Centrais Elétricas	371.147,50	-	-	371.147,50	(161.365,50)	(42.577,45)	-	(203.942,95)	167.204,55	209.782,00
Total do Imobilizado em Uso	28.508.675,89	9.034.963,98	(59.695,81)	37.483.944,06	(17.678.555,06)	(2.748.017,18)	59.695,81	(20.366.876,43)	17.117.067,63	10.830.120,83
<b>IMOBILIZADO TOTAL</b>	<b>28.508.675,89</b>			<b>37.483.944,06</b>	<b>(17.678.555,06)</b>			<b>(20.366.876,43)</b>	<b>17.117.067,63</b>	<b>10.830.120,83</b>

### 13. IMOBILIZADO E INTANGÍVEL

O imobilizado é avaliado ao custo de aquisição. Compreende também os gastos diretamente atribuíveis para colocar maquinários e equipamentos em condições de operação, como peças de reposição (com vida útil superior a um ano) e grandes manutenções. Os ativos intangíveis são bens incorpóreos e identificáveis, sob o controle da Fundação. São avaliados ao custo, menos amortização acumulada.

As depreciações são calculadas pelo método linear às taxas definidas no Anexo III da Instrução Normativa da Receita Federal do Brasil 1.700 de 2017 considerando a vida útil econômica dos bens.

A movimentação ocorrida no exercício de 2023 é a seguinte:

**NOTA DO IMOBILIZADO (SEM RESTRIÇÃO) E INTANGÍVEL**

	Deprec. % Amort a.a.	2023								2022		
		Custo aquisição				Depreciação Acumulada				Líquido	Líquido	
		Saldo	Adições	Baixas	Transf.	Saldo	Saldo	Adições	Baixas/Transf.ferências			Saldo
<b>IMOBILIZADO, EM USO:</b>												
Terrenos	-	1.125.000,00	-	-	-	1.125.000,00	-	-	-	-	1.125.000,00	1.125.000,00
Edificações	4	1.713.021,83	-	-	-	1.713.021,83	(411.240,27)	(68.484,52)	-	(479.724,79)	1.233.297,04	1.301.781,56
Bens de valores diminutos	10	236.515,47	-	-	-	236.515,47	(236.515,47)	-	-	(236.515,47)	-	-
Bens em poder de terceiros	10	928.256,15	-	-	-	928.256,15	(928.256,15)	-	-	(928.256,15)	-	-
Biblioteca	10	364.838,20	-	-	-	364.838,20	(364.838,20)	-	-	(364.838,20)	-	-
Mobiliário em geral	10	274.760,29	13.874,90	-	-	288.635,19	(223.286,60)	(14.847,05)	-	(238.133,65)	50.501,54	51.473,69
Outros bens móveis	10	29.116,37	-	-	-	29.116,37	(22.457,04)	-	-	(22.457,04)	6.659,33	6.659,33
Equipamentos e instalações	10	13.200,97	510,31	-	-	13.711,28	(3.965,90)	(1.127,45)	-	(5.093,35)	8.617,93	9.235,07
Equipamentos de informática	20	1.178.909,87	38.428,90	(2.049,00)	-	1.215.289,77	(1.109.975,45)	(23.077,72)	1.374,86	(1.131.678,31)	83.611,46	68.934,42
Máquinas motores e aparelhos	10	2.456.618,77	4.394,88	(2.694,00)	-	2.458.319,65	(2.444.734,63)	(9.329,46)	2.694,00	(2.451.370,09)	6.949,56	11.884,14
Veículos	20	39.511,26	-	-	-	39.511,26	(39.511,26)	-	-	(39.511,26)	-	-
Total do Imobilizado em Uso	-	8.359.749,18	57.208,99	(4.743,00)	-	8.412.215,17	(5.784.780,97)	(116.866,20)	4.068,86	(5.897.578,31)	2.514.636,86	2.574.968,21
<b>IMOBILIZADO TOTAL</b>		<b>8.359.749,18</b>				<b>8.412.215,17</b>	<b>(5.784.780,97)</b>			<b>(5.897.578,31)</b>	<b>2.514.636,86</b>	<b>2.574.968,21</b>
<b>INTANGÍVEL:</b>												
Direito de uso	-	31.638,65	-	-	-	31.638,65	(1.264,09)	-	-	(1.264,09)	30.374,56	30.374,56

### 14. FUNDO INSTITUCIONAL

O Fundo Institucional da Universidade Federal de Uberlândia representa além dos recebimentos das mensalidades dos alunos de Pós-Graduação dos cursos administrados pela FAU e Termo de Acordo assinado em 18 de janeiro de 2018, entre a Universidade

Federal de Uberlândia e a Fundação de Apoio Universitário, o ressarcimento para o uso de bens e de serviços próprios da Universidade para a execução de projetos de ensino, pesquisa, extensão, artístico-cultural e de desenvolvimento institucional, científico e tecnológico e de estímulo à inovação, quando devido. O valor do ressarcimento não poderá exceder a 3% (três por cento) do valor total de cada projeto, e, quando devido, deverá ser repassado integralmente para o Fundo Institucional de Desenvolvimento da Universidade, criado pela Resolução nº 05/2002 do Conselho Universitário.

<b>Descrição</b>	<b>31/12/2023</b>	<b>31/12/2022</b>
Repasse a serem realizados	290.801,32	383.574,20
Saldo a pagar do Termo de Acordo	14.088,81	169.065,72
<b>Total Circulante</b>	<b>304.890,13</b>	<b>552.639,92</b>
Saldo a pagar do Termo de Acordo	0,00	14.088,81
<b>Total não circulante</b>	<b>0,00</b>	<b>14.088,81</b>

## 15. PARCELAMENTO FINEP

Em 29/11/2019 foi assinado pela Financiadora de Estudos e Projetos – FINEP e Fundação de Apoio Universitário – FAU, o termo de parcelamento de débito, referente ao convênio 01.07.0481.00, em 60 meses, no montante de R\$ 622.334,21 (seiscentos e vinte e dois mil e trezentos e trinta e quatro reais e vinte e um centavos). O saldo é atualizado mensalmente utilizando-se a taxa SELIC.

Restam 15 (quinze) parcelas para pagamento, sendo em 31/12/2023 a posição de circulante e não circulante:

<b>Descrição</b>	<b>31/12/2023</b>	<b>31/12/2022</b>
<b>Circulante</b>	<b>156.939,62</b>	<b>147.283,32</b>
<b>Não circulante</b>	<b>50.889,88</b>	<b>171.830,54</b>

## 16. FORNECEDORES

Referem-se às obrigações correntes com fornecedores de serviços e materiais para execução de atividades da fundação, bem como valores de aquisição de ativo permanente utilizado pela FAU, parcelados com cartão de crédito em até 10 (dez) meses.

<b>Descrição</b>	<b>31/12/2023</b>	<b>31/12/2022</b>
Fornecedores de serviços e materiais	0,00	266.070,61
Fornecedores de ativo permanente e serviços	22.472,70	2.373,34
<b>Total de fornecedores</b>	<b>22.472,70</b>	<b>268.443,95</b>

## 17. OUTRAS CONTAS A PAGAR

Representam valores de reembolsos de despesas recebidos e pendentes de repasse para os respectivos convênios e/ou projetos.

## 18. OBRIGAÇÕES TRIBUTÁRIAS

Descrição	31/12/2023	31/12/2022
IRRF sobre serviços pessoa jurídica	845,36	4.170,17
IRRF pessoa física	212.094,53	142.804,05
ISSQN retido serviços pessoa física	6.812,77	4.805,67
ISSQN retido serviços pessoa jurídica	0,00	90.230,55
PIS/COFINS/CSLL retidos a recolher	2.500,76	4.938,90
COFINS sobre receitas de outras atividades	1.926,49	1.491,64
PIS sobre receitas financeiras	48,11	33,42
COFINS sobre receitas financeiras	296,07	205,64
<b>Total de obrigações tributárias</b>	<b>224.524,09</b>	<b>248.680,04</b>

## 19. SALÁRIOS E ENCARGOS

Descrição	31/12/2023	31/12/2022
<b>Obrigações trabalhistas</b>	<b>840.732,07</b>	<b>701.246,85</b>
Salários a pagar	343.662,50	294.648,03
INSS a recolher	279.673,74	222.983,39
INSS sobre serviços tomados a recolher	150.630,29	126.229,30
PIS sobre folha de pagamento a recolher	7.506,82	5.897,91
FGTS a recolher	59.258,72	47.060,13
CREDEFU Coop. Econ.Cred. Mútuo	0,00	2.929,40
Crédito Consignado Banco do Brasil	0,00	1.498,69
<b>Provisões trabalhistas</b>	<b>668.254,05</b>	<b>536.990,97</b>
Provisão de férias	492.087,15	395.428,06
INSS sobre provisão de férias	131.879,39	105.974,71
FGTS sobre provisão de férias	39.366,64	31.633,93
PIS sobre provisão de férias	4.920,87	3.954,27
<b>Total de salários e encargos</b>	<b>1.508.986,12</b>	<b>1.238.237,82</b>

## 20. CONVÊNIOS A REALIZAR

A Fundação gerencia diversos convênios e projetos, principalmente ligados à Universidade Federal de Uberlândia (UFU). Os convênios e projetos são registrados em contas de aplicações financeiras vinculadas (nota 5) no ativo, em contrapartida da conta

convênios a realizar no passivo. Os convênios a realizar têm sua realização no resultado, quando do reconhecimento dos gastos correspondentes.

<b>Descrição</b>	<b>31/12/2023</b>	<b>31/12/2022</b>
Convênios diversos	181.960.674,81	88.236.878,68
Adiantamentos de convênios	1.352.511,08	874.095,88
<b>Total de convênios a realizar</b>	<b>183.313.185,89</b>	<b>89.110.974,56</b>

## 21. OBRIGAÇÕES TRIBUTÁRIAS LONGO PRAZO

Reconhecimento de obrigações tributárias questionadas judicialmente através de ação ajuizada de procedimento comum em desfavor da UNIÃO, postulando provimento antecipatório que determine a imunidade tributária prevista nos artigos 150, 195 e 240 da Constituição da República.

Os valores questionados são depositados judicialmente (nota 10) de acordo com os vencimentos mensais das obrigações e o valor da variação monetária passiva reconhecido.

<b>Descrição</b>	<b>31/12/2023</b>	<b>31/12/2022</b>
PIS sobre folha de pagamento	219.763,92	142.358,26
PIS sobre receitas financeiras	1.901,62	1.225,52
COFINS sobre receitas financeiras	11.613,87	7.452,26
COFINS sobre receitas de outras atividades	73.083,56	47.695,43
INSS patronal	6.962.344,79	4.508.281,92
<b>Total de obrigações tributárias longo prazo</b>	<b>7.268.707,76</b>	<b>4.707.013,39</b>

## 22. PATRIMÔNIO LÍQUIDO

### 22.1 Patrimônio Social

Compreende o patrimônio social inicial, acrescido dos superávits, diminuído dos déficits e ajustes ocorridos. Em caso de extinção da Fundação, seu patrimônio remanescente será destinado à Universidade Federal de Uberlândia (UFU).

No exercício de 2023, a Fundação teve um superávit de R\$ 206.112,85 (duzentos e seis mil e cento e doze reais e oitenta e cinco centavos). O déficit de 2022, de R\$ 414.101,84 (quatrocentos e quatorze mil e cento e um reais e oitenta e quatro centavos), foi incorporado ao patrimônio social no exercício de 2023.

Todos os resultados obtidos pelas operações da Fundação são incorporados ao seu patrimônio social e utilizados na execução de seus objetivos estatutários.

Em nenhuma hipótese os resultados são distribuídos por se tratar de Fundação sem fins lucrativos.

### 23. RECEITAS SEM RESTRIÇÕES

As receitas da entidade estão assim representadas:

<b>Descrição</b>	<b>31/12/2023</b>	<b>31/12/2022</b>
Receitas diversas	1.383.081,55	1.381.535,37
Serviços prestados	28.183,40	49.007,79
Receita com administração de convênios	4.806.637,64	3.638.465,70
Receita de aluguéis	264.821,68	240.935,85
<b>Total da receita bruta</b>	<b>6.482.724,27</b>	<b>5.309.944,71</b>
Cofins sobre receitas – Outras atividades	-20.264,06	-18.610,97
<b>Total da receita líquida</b>	<b>6.462.460,21</b>	<b>5.291.333,74</b>

### 24. RECEITAS COM RESTRIÇÕES

<b>Descrição</b>	<b>31/12/2023</b>	<b>31/12/2022</b>
Receitas de convênios	114.082.847,24	76.595.443,23
<b>Total de receitas de convênios</b>	<b>114.082.847,24</b>	<b>76.595.443,23</b>

### 25. SALÁRIOS E ENCARGOS

<b>Descrição</b>	<b>31/12/2023</b>	<b>31/12/2022</b>
Salários e ordenados	(1.545.830,09)	(1.417.357,96)
Férias	(190.154,12)	(164.919,27)
13. salário	(127.993,69)	(112.020,63)
INSS	(467.389,26)	(405.089,59)
FGTS	(150.451,85)	(152.046,45)
PIS sobre Folha	(17.439,84)	(14.073,62)
Auxílio transporte	(154.799,70)	(111.893,86)
Vale refeição	(388.668,91)	(332.720,04)

Assistência médica	(95.217,99)	(90.998,52)
Vale combustível	(333,00)	(41.744,10)
Rescisões contratuais	(13.844,71)	(32.841,38)
Uniformes e vestimentas	(6.601,60)	(19.438,85)
Outras despesas com pessoal	(5.071,23)	(54.194,29)
Cursos e treinamentos	(868,58)	0,00
<b>Total de despesas com pessoal</b>	<b>(3.164.664,57)</b>	<b>(2.949.338,56)</b>

## 26. DESPESAS ADMINISTRATIVAS GERAIS

<b>Descrição</b>	<b>31/12/2023</b>	<b>31/12/2022</b>
Aluguéis	0,00	(2.640,55)
Taxas e emolumentos	(12.596,93)	(11.926,65)
Despesas com importação	(5.971,98)	0,00
Contribuições e doações	(1.666,67)	0,00
Material de escritório	(14.363,40)	(28.089,30)
Material de uso e consumo	(479.658,85)	(503.213,99)
Lanches e refeições	(50.432,41)	(127.634,07)
Assistência Contábil e Jurídica	0,00	(39.000,00)
Manutenção de bens móveis	(27.256,00)	(16.984,70)
Manutenção de edificação	(5.101,18)	(27.512,97)
Bolsa de ensino	(79.917,08)	(48.695,63)
Fundo institucional	(420.903,71)	(446.188,79)
Material de informática	(45.282,78)	(65.086,68)
Anúncios e publicações	(29.618,39)	(24.601,77)
Cursos e congressos	(49.147,07)	(29.472,87)

Viagens e estadias	(80.690,07)	(76.206,03)
Despesas administrativas e gerais	(212.388,43)	(192.738,90)
Seguros	(19.712,88)	(19.430,12)
Serviços de terceiros - pessoa física	(370.255,56)	(331.279,02)
Serviços de terceiros - pessoa jurídica	(785.107,49)	(617.425,40)
Despesas com Provisão Créditos Liquidação Duvidosa	(7.200,00)	0,00
Locação de equipamentos	(4.325,88)	(5.615,12)
Energia elétrica	(94.769,73)	(65.426,34)
Outras despesas administrativas	(139.947,91)	(106.212,46)
<b>Total de despesas administrativas e gerais</b>	<b>(2.936.314,40)</b>	<b>(2.785.381,36)</b>

## 27. DESPESAS COM CONVÊNIOS E PROJETOS – COM RESTRIÇÃO

Representa valores executados de convênios e contratos que a Fundação administra, sendo que o reconhecimento de receitas e despesas respeitam o princípio da Competência. Os valores relativos aos convênios e projetos a executar conjugam com os valores constantes do Ativo, nas contas Equivalentes de Caixa e Aplicações (recursos com restrições). Esses valores são aplicados em investimentos de liquidez imediata e os seus rendimentos são creditados diretamente em conta corrente, tendo como contrapartida o próprio convênio, não transitando nas contas de resultado da Fundação.

A Administração da Fundação atende ao disposto na ITG 2002 (R1), demonstrando de forma segregada, tanto em contas patrimoniais quanto em contas de resultados, os efeitos das transações envolvendo os recursos oriundos da gestão de convênios, projetos e contratos.

Descrição	31/12/2023	31/12/2022
Repasse de convênios	(114.082.847,24)	(76.595.443,23)
<b>Total de receitas de convênios</b>	<b>(114.082.847,24)</b>	<b>(76.595.443,23)</b>

## 28. RESULTADO FINANCEIRO

<b>Descrição</b>	<b>31/12/2023</b>	<b>31/12/2022</b>
<b>Receitas financeiras</b>		
Rendimento aplicação financeira	86.574,48	122.503,68
Juros Recebidos	0,00	19,14
Variações monetárias	543.745,11	111.415,75
Descontos obtidos	544,97	670,67
<b>Total das receitas financeiras</b>	<b>630.864,56</b>	<b>234.609,24</b>
<b>Despesas financeiras</b>		
Descontos concedidos	0,00	(300,00)
Variações monetárias	(543.745,11)	(111.415,75)
Juros e multas pagos	(51.181,05)	(33.811,84)
Despesa bancárias	(47.136,88)	(32.800,44)
Despesas com cartão de crédito	(129.464,63)	0,00
Pis e Cofins s/receita financeira	(3.916,07)	(5.669,78)
Perdas com recebimento	0,00	(26.931,11)
<b>Total das despesas financeiras</b>	<b>(775.443,74)</b>	<b>(210.928,92)</b>
<b>Total do resultado financeiro líquido</b>	<b>(144.579,18)</b>	<b>23.680,32</b>

## 29. PROVISÕES PARA CONTINGÊNCIAS

### 29.1. Perdas possíveis

Conforme Resolução CFC nº 1.180/09 que aprovou a Norma Brasileira de Contabilidade NBC T 19.7 – Provisões, passivos contingentes e ativos contingentes, as possíveis perdas, oriundas de processos cíveis, tributários e trabalhistas, na data de 31 de dezembro de 2023, estão assim representadas e estimadas.

Os processos judiciais cíveis e tributários classificados pelos assessores jurídicos como perda possível não provisionadas em 31 de dezembro de 2023 é de R\$2.704.449,41, sendo o mesmo valor do ano de 2022.

### 30. GERENCIAMENTO DE RISCOS

30.1. Taxas de juros: A Fundação, em razão da natureza das suas transações de caixa não está exposta a oscilações das taxas de juros de mercado para os saldos das demonstrações contábeis.

30.2. Concentração de riscos de crédito: A Fundação monitora permanentemente o nível de suas contas a receber o que limita o risco de contas inadimplentes. A perda estimada para crédito de liquidação duvidosa foi constituída em montante considerado suficiente pela Administração para fazer face às eventuais perdas na realização dos créditos.

30.3. Encargos financeiros e variação cambial: A Fundação monitora continuamente a volatilidade das taxas de mercado.

### 31. SEGUROS CONTRATADOS

A Fundação de Apoio Universitário – FAU mantém política de monitoramento dos riscos inerentes as suas operações. Para tanto, possui contratos de seguros considerados suficientes pela administração para cobrir eventuais sinistros e riscos de responsabilidade civil.

### 32. EBTIDA

O cálculo do Ebitda apresentado abaixo, representa a geração operacional de caixa da entidade, ou seja, o quanto a fundação gera de recursos apenas em suas atividades operacionais, sem levar em consideração os efeitos financeiros.

Descrição	31/12/2023	31/12/2022
Superávit (déficit) antes do resultado financeiro	350.692,03	(437.782,16)
Depreciação e amortização	115.726,34	108.360,65
<b>Ebitda</b>	<b>466.418,37</b>	<b>(329.421,51)</b>

RAFAEL VISIBELLI Assinado de forma digital por  
 RAFAEL VISIBELLI  
 JUSTINO:04437009665  
 9665 Dados: 2024.05.09 14:33:09  
 -03'00'

**Rafael Visibelli Justino**  
**Diretor Executivo**

MARIA GERALDA DE Assinado de forma digital por  
 MARIA GERALDA DE  
 FARIA:05764809673  
 05764809673 Dados: 2024.05.09 10:30:05 -03'00'

**Maria Geralda de Faria**  
**Contadora**  
**CRC-MG 093.123/O**



## Tribunal de Justiça do Estado de Minas Gerais

UBERLÂNDIA

### CERTIDÃO CÍVEL DE FALÊNCIA E CONCORDATA NEGATIVA

CERTIFICO que, revendo os registros de distribuição de ação de NATUREZA CÍVEL nesta comarca, até a presente data, nas ações específicas de Concordata Preventiva / Suspensiva, Falência de Empresários, Sociedades Empresariais, Microempresas e Empresas de Pequeno Porte, Recuperação Extrajudicial, Recuperação Judicial, NADA CONSTA em tramitação contra:

Nome: FUNDAÇÃO DE APOIO UNIVERSITARIO  
CNPJ: 21.238.738/0001-61

#### Observações:

- a) Certidão expedida gratuitamente através da internet, nos termos do caput do art. 8º da Resolução 121/2010 do Conselho Nacional de Justiça;
- b) a informação do número do CPF/CNPJ é de responsabilidade do solicitante da certidão, sendo pesquisados o nome e o CPF/CNPJ exatamente como digitados;
- c) ao destinatário cabe conferir o nome e a titularidade do número do CPF/CNPJ informado, podendo confirmar a autenticidade da Certidão no portal do Tribunal de Justiça do Estado de Minas Gerais (<http://www.tjmg.jus.br>), pelo prazo de 3 (três) meses após a sua expedição;
- d) esta Certidão inclui os processos físicos e eletrônicos, onde houver sido implantado o Processo Judicial Eletrônico - PJe, o Sistema CNJ (Ex-Projudi) e o SEEU - Sistema Eletrônico de Execução Unificada, tendo a mesma validade da certidão emitida diretamente no Fórum e abrange os processos da Justiça Comum, do Juizado Especial e da Turma Recursal apenas da comarca pesquisada, com exceção do SEEU, cujo sistema unificado abrange todas as comarcas do Estado;
- e) A presente certidão não faz referência a período de anos, uma vez que somente se refere à existência de feitos judiciais em andamento (processos ativos) contra o nome pesquisado, conforme Provimento 355/2018 da Corregedoria Geral de Justiça.

A presente certidão NÃO EXCLUI a possibilidade da existência de outras ações de natureza diversa daquelas aqui mencionadas.

Certidão solicitada em 04 de Março de 2024 às 08:15

UBERLÂNDIA, 04 de Março de 2024 às 08:40

**Código de Autenticação:** 2403-0408-4049-0711-3580

Para validar esta certidão, acesse o sítio do TJMG ([www.tjmg.jus.br](http://www.tjmg.jus.br)) em Certidão Judicial/AUTENTICIDADE DA CERTIDÃO /AUTENTICAÇÃO 2 informando o código.

**ATENÇÃO:** Documento composto de 1 folhas(s). Documento emitido por processamento eletrônico. Qualquer emenda ou rasura gera sua invalidade e será considerada como indício de possível adulteração ou tentativa de fraude.



**REPÚBLICA FEDERATIVA DO BRASIL**  
**CADASTRO NACIONAL DA PESSOA JURÍDICA**

NÚMERO DE INSCRIÇÃO <b>21.238.738/0001-61</b> MATRIZ	<b>COMPROVANTE DE INSCRIÇÃO E DE SITUAÇÃO CADASTRAL</b>	DATA DE ABERTURA <b>17/05/1983</b>
--	---	---------------------------------------

NOME EMPRESARIAL <b>FUNDAÇÃO DE APOIO UNIVERSITARIO</b>
--

TÍTULO DO ESTABELECIMENTO (NOME DE FANTASIA) <b>FAU</b>	PORTE <b>DEMAIS</b>
--	------------------------

CÓDIGO E DESCRIÇÃO DA ATIVIDADE ECONÔMICA PRINCIPAL <b>84.11-6-00 - Administração pública em geral</b>
---

CÓDIGO E DESCRIÇÃO DAS ATIVIDADES ECONÔMICAS SECUNDÁRIAS <b>71.20-1-00 - Testes e análises técnicas</b> <b>72.20-7-00 - Pesquisa e desenvolvimento experimental em ciências sociais e humanas</b> <b>73.19-0-99 - Outras atividades de publicidade não especificadas anteriormente</b> <b>85.50-3-02 - Atividades de apoio à educação, exceto caixas escolares</b>
--

CÓDIGO E DESCRIÇÃO DA NATUREZA JURÍDICA <b>306-9 - Fundação Privada</b>
--

LOGRADOURO <b>R FRANCISCO VICENTE FERREIRA</b>	NÚMERO <b>126</b>	COMPLEMENTO
---	----------------------	-------------

CEP <b>38.408-102</b>	BAIRRO/DISTRITO <b>SANTA MONICA</b>	MUNICÍPIO <b>UBERLANDIA</b>	UF <b>MG</b>
--------------------------	--	--------------------------------	-----------------

ENDEREÇO ELETRÔNICO <b>FAU@FAU.ORG.BR</b>	TELEFONE <b>(34) 3239-7219 / (34) 3239-7220</b>
--	--

ENTE FEDERATIVO RESPONSÁVEL (EFR) *****
--

SITUAÇÃO CADASTRAL <b>ATIVA</b>	DATA DA SITUAÇÃO CADASTRAL <b>23/11/2002</b>
------------------------------------	---

MOTIVO DE SITUAÇÃO CADASTRAL
------------------------------

SITUAÇÃO ESPECIAL *****	DATA DA SITUAÇÃO ESPECIAL *****
----------------------------	------------------------------------

Aprovado pela Instrução Normativa RFB nº 1.634, de 06 de maio de 2016.

Emitido no dia **30/08/2018** às **11:34:08** (data e hora de Brasília).

Página: **1/1**

REPÚBLICA FEDERATIVA DO BRASIL  
MINISTÉRIO DAS CIDADES  
DEPARTAMENTO NACIONAL DE TRÂNSITO  
CARTEIRA NACIONAL DE HABILITAÇÃO

NOME  
RAFAEL VISIBELLI JUSTINO



DOC. IDENTIDADE / ORG. EMISSOR UF  
MG10802083 SSP MG

CPF DATA NASCIMENTO  
044.370.096-65 20/09/1980

FILIAÇÃO  
AGNALDO JUSTINO  
BATISTA  
VIVIANE VISIBELLI  
JUSTINO

PERMISSÃO ACC CAT. HAB.  
[ ] [ ] B

Nº REGISTRO VALIDADE 1ª HABILITAÇÃO  
00490867588 20/08/2018 06/01/1999

OBSERVAÇÕES

ASSINATURA DO PORTADOR

LOCAL DATA EMISSÃO  
UBERLÂNDIA, MG 27/08/2013

Oliveira Santiago Masciel  
Chefe Detran / MG 62176346745  
ASSINATURA DO EMISSOR MG436675528

DETRAN - MG (MINAS GERAIS)

VALIDA EM TODO  
O TERRITÓRIO NACIONAL  
753713548

PROIBIDO PLASTIFICAR  
753713548